



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MESQUITA
Gabinete do Vereador Zé Chaleira

Mesquita, 17 de OUTUBRO de 2025.

Ofício nº 082/GAB/ 2025

AUTOR: VEREADOR ZÉ CHALEIRA

PROJETO DE LEI Nº 082/2025

Excelentíssimo Senhor

ALEX MAROTO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal de Mesquita

Venho, com o devido respeito, apresentar a Vossa Excelência a minuta de Projeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade, no Município de Mesquita, da comunicação por parte de síndicos e administradores de condomínios residenciais e comerciais, de ocorrência ou indícios de violência doméstica e familiar.

A proposta toma como referência a Lei Municipal nº 8.913/2025, sancionada

no Rio de Janeiro, que trouxe avanços significativos na proteção de mulheres, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e animais vítimas de violência.

Considerando a relevância social do tema e a necessidade de reforçar a rede de proteção no âmbito local, solicito a atenção de Vossa Excelência para avaliar a presente sugestão, podendo, se assim entender, apresentá-la como Projeto de Lei junto à Câmara Municipal de Mesquita.

Certo de contar com a sensibilidade de Vossa Excelência em prol da defesa dos direitos humanos e da cidadania, coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos e colaborações.

CÂMARA MUNICIPAL DE MESQUITA

Processo nº 61/2025

Abertura: 17/10/2025 11:15:29

Requerente:
VEREADOR ZÉ CHALEIRA

Assunto:
PROJETO DE LEI



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MESQUITA
Gabinete do Vereador Zé Chaleira

Projeto de Lei Municipal

PROJETO DE LEI N°082/2025

Dispõe sobre a obrigatoriedade, no Município de Mesquita, da comunicação por parte de síndicos e administradores de condomínios residenciais e comerciais de ocorrência ou indícios de violência doméstica e dá outras providências.

Art. 1º Ficam os síndicos, subsíndicos, administradores e responsáveis legais por condomínios residenciais e comerciais no Município de Mesquita obrigados a comunicar aos órgãos competentes, conforme previsto nesta Lei, a ocorrência ou indícios de violência doméstica e familiar contra mulheres, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e animais domésticos, verificados em unidades privativas ou áreas comuns do condomínio.

Art. 2º A comunicação prevista no art. 1º deverá observar as seguintes regras:

I — em caso de risco imediato ou situação de flagrância, comunicação por telefone à

Polícia Civil ou ao número de emergência;

II — quando não se tratar de risco iminente, a comunicação deverá ser registrada por escrito (presencialmente, por protocolo eletrônico municipal ou por formulário digital) no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o conhecimento do fato, contendo elementos essenciais que possibilitem a identificação da vítima e do suposto autor, quando houver;

III — o síndico/apresentante deverá preservar o sigilo e a segurança das informações, fornecendo dados apenas aos órgãos competentes e à rede de proteção.

Art. 3º É vedado ao condomínio, seus síndicos ou administradores, qualquer ato de exposição pública, discriminação ou retaliação contra a pessoa que figura como vítima, sob pena de responsabilização administrativa e civil.

Art. 4º O Poder Executivo municipal regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa)

dias, providenciando:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MESQUITA
Gabinete do Vereador Zé Chaleira

1- Formulário eletrônico simplificado para registro e geração de protocolo;
II — orientações e materiais informativos para distribuição nos condomínios;

III — convênios com órgãos e entidades da rede de enfrentamento à violência (Patrulha

Maria da Penha, Secretaria de Assistência Social, Saúde, Segurança Pública, Defensoria).

Art. 5º São previstas sanções administrativas para o descumprimento desta Lei, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabíveis:

I — Advertência:

II — multa administrativa, em valores a serem fixados em regulamento, aplicada de forma progressiva em reincidência;

III — obrigatoriedade de participação, por parte do síndico responsável, de curso de capacitação sobre prevenção e identificação de violência doméstica, promovido pelo município.

Art. 6º O Executivo poderá instituir programa de capacitação anual para síndicos, administradoras de condomínio e funcionários, bem como campanhas de divulgação e prevenção, com prioridade para a formação em primeiro atendimento e fluxo de comunicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando salvo o disposto no art.

4º quanto aos prazos de regulamentação.

Justificativa para apresentação do projeto:

A presente iniciativa visa alinhar o Município de Mesquita às mais modernas práticas de proteção à vida, inspirando-se na Lei Municipal nº 8.913/2025 do Rio de Janeiro, que inovou ao atribuir responsabilidade direta a síndicos e administradores de condomínios na comunicação de casos de violência doméstica e familiar.

A violência contra mulheres, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e animais configura grave violação de direitos humanos, frequentemente praticada em ambientes privados, como os condomínios residenciais. É essencial que os administradores, que estão em posição



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MESQUITA
Gabinete do Vereador Zé Chaleira

privilegiada para observar tais ocorrências, sejam corresponsáveis na rede de proteção.

Ao estabelecer regras claras para comunicação, prever sigilo, criar sanções administrativas e capacitar gestores condominiais, o Município de Mesquita fortalece sua política de enfrentamento à violência doméstica, aproximando sociedade civil e Poder Público.

Ordem dos Advogados do Brasil

Seção do Estado do Rio de Janeiro 64ª Subseção de Mesquita/RJ.

O impacto orçamentário é mínimo, restrito à criação de formulário eletrônico, materiais de divulgação e cursos de capacitação, que podem ser implementados em parceria com secretarias municipais, órgãos estaduais e entidades da sociedade civil.

Assim, trata-se de medida de interesse público, que contribui para a redução da violência, promoção da segurança comunitária e fortalecimento dos direitos fundamentais.

Fontes consultadas durante a elaboração: Câmara Municipal do Rio de Janeiro

— Lei nº 8.913/2025; Prefeitura do Rio regulamentação e orientações; repositórios de legislação.

Implementação prática - itens operacionais e orçamentários

1. Formulário eletrônico + portal: desenvolvimento/integração com Portal da Prefeitura;

custo estimado baixo-médio (desenvolvimento web + manutenção).

Prazo: 60-90 dias após regulamentação.

2. Linha direta / protocolo: integrar o formulário ao Sistema de Ouvidoria/Protocolo municipal para emissão automática de protocolo ao síndico.

3. Capacitação: cursos anuais (turmas trimestrais) ministrados pela Secretaria de Assistência Social em parceria com órgãos de defesa da mulher; estimativa orçamentária a constar na lei orçamentária anual (necessidade de dotação).

4. Campanha de divulgação: cartazes e materiais digitais para distribuição em condomínios; custo variável.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MESQUITA
Gabinete do Vereador Zé Chaleira

5. Monitoramento: relatório semestral da Secretaria responsável com números de comunicações, encaminhamentos e recomendações — indicador para ajuste da política pública.

6. Articulação com Patrulha Maria da Penha: firmar termo de cooperação com a

Patrulha local (ou Polícia Civil) para priorização de atendimentos comunicados por condomínios.

Quadro comparativo (Lei RJ 8.913/2025 → proposta para Mesquita)

****Item Lei RJ 8.913/2025 (modelo) *Sugestão para Mesquita (adaptação)**

****Obrigatoriedade de comunicação Síndicos/administradores devem comunicar imediatamente à Polícia Civil ou órgão municipal via ligação; por escrito até 24h se não for emergência.**

***Manter obrigação; inserir alternativa de notificação eletrônica (formulário municipal simplificado) para viabilizar cumprimento e gerar protocolo.**

****Alcance Mulheres, crianças, adolescentes, idosos e animais**

***Manter; acrescentar expressa referência a pessoas com deficiência e a situação de risco familiar.**

****Prazo de comunicação imediato por telefone; por escrito até 24 horas**

*** Manter 24h para registro formal; reforçar obrigação de emitir protocolo/recibo ao comunicante (síndico) para comprovação.**

****Penalidades Prevê responsabilização administrativa e possibilidade de aplicação de sanções administrativas previstas na municipalidade (variável)**

***Definir sanção administrativa municipal clara (multa progressiva) e previsão de curso de reciclagem obrigatório para síndicos infratores antes de retorno ao cargo.**

****Sigilo e proteção da vítima preço legal de proteção (prestar informações mínimas)**

***Inserir regra de preservação do sigilo da vítima; vedação de divulgação interna/externa de dados que exponham a vítima, com previsão de responsabilização civil.**

****Treinamento e campanha RJ regulamentou com campanha e material orientador, capacitação anual — SEMDES/Secretaria competente — e materiais (cartaz, orientações) para condomínios;**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MESQUITA
Gabinete do Vereador Zé Chaleira

- *Prever repasse de recurso municipal ou convênio com instituições locais.
 - **Integração com rede Obrigatoriedade de comunicação às autoridades competentes
- Estabelecer canal direto com Patrulha Maria da Penha local e Conselho Municipal da Mulher;
- *Manter
 - **Dispositivos de apoio Regulamentação prevista pela Prefeitura do RJ.
 - *Prever regulamentação pelo-Executivo municipal com prazo (90 dias) para regras operacionais e formulário eletrônico.

Zé Chaleira
VEREADOR

VEREADOR ZÉ CHALEIRA

Mesquita

1999